

Horizontes das **Ciências Sociais Rurais 2**

**Leonardo Tullio
(Organizador)**

Atena
Editora

Ano 2019

Leonardo Tullio

(Organizador)

Horizontes das Ciências Sociais Rurais

2

Atena Editora

2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Lorena Prestes e Geraldo Alves

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

H811 Horizontes das ciências sociais rurais 2 [recurso eletrônico] /
Organizador Leonardo Tullio. – Ponta Grossa (PR): Atena
Editora, 2019. – (Horizontes das Ciências Sociais Rurais; v. 2)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-131-2

DOI 10.22533/at.ed.312191802

1. Agronegócio. 2. Pesquisa agrícola – Brasil. I. Tullio, Leonardo.
II. Série.

CDD 630.72

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de
responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Neste segundo volume, apresentamos 19 trabalhos que discutem sobre a percepção, processos e estratégias de estudos direcionados a compreender as pessoas em relação ao produto desenvolvido. São artigos recentes que demonstram pontos a serem observados sobre o empreendimento para o seu sucesso.

Conhecer a percepção dos produtos por parte do consumidor é uma estratégia fundamental no agronegócio. Contribuir para o desenvolvimento rural sustentável, aplicando conhecimento das ciências sociais é a proposta destes trabalhos.

Espero que a leitura desses artigos contribua para o seu conhecimento.

Aproveite ao máximo as reflexões e os resultados deste volume.

Leonardo Tullio

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
SEGURANÇA DOS ALIMENTOS E MARCAS DE CERTIFICAÇÃO: CONTRIBUTOS PARA A SUSTENTABILIDADE DA CADEIA PRODUTIVA DA ERVA-MATE DO RIO GRANDE DO SUL	
<i>Kelly Lissandra Bruch</i> <i>Adriana Carvalho Pinto Vieira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3121918021	
CAPÍTULO 2	23
OS FATORES DE INFLUENCIA NO COMPORTAMENTO DE COMPRA DOS CONSUMIDORES DA FEIRA LIVRE DE SANTA ROSA/RS	
<i>Carlos Thomé</i> <i>Dionéia Dalcin</i> <i>Lidiane Kasper</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3121918022	
CAPÍTULO 3	43
PERCEPÇÕES DO CONSUMIDOR SOBRE O SELO DE IDENTIFICAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR (SIPAF): O CASO DA FEIRA DO PRODUTOR RURAL EM ASSIS/SP	
<i>Mara Elena Bereta de Godoi Pereira</i> <i>Silvia Cristina Vieira Gomes</i> <i>Liliane Ubeda Morandi Rotoli</i> <i>Ana Elisa Bressan Smith Lourenzani</i> <i>João Guilherme de Camargo Ferraz Machado</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3121918023	
CAPÍTULO 4	59
FUSÕES E AQUISIÇÕES NO SETOR DE CELULOSE E PAPEL E SUAS IMPLICAÇÕES SOBRE O DESEMPENHO FINANCEIRO	
<i>Paulo Henrique de Lima Siqueira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3121918024	
CAPÍTULO 5	75
APRENDIZ DO CAMPO: ESTIMULANDO A SUCESSÃO RURAL ATRAVÉS DO COOPERATIVISMO NO MUNICÍPIO DE TEUTÔNIA - RS	
<i>Mirian Fabiane Strate</i> <i>Maitê Luize Schumann</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3121918025	
CAPÍTULO 6	88
APL DE FLORES DA SERRA DA IBIAPABA NO CEARÁ: ESTRUTURA DE GOVERNANÇA, PROCESSOS DE APRENDIZADO E INOVAÇÃO	
<i>Luis André Aragão Frota</i> <i>Elda Fontinele Tahim</i> <i>Sefisa Quixadá Bezerra</i> <i>Anne Graça de Sousa Andrade</i>	
DOI 10.22533/at.ed.3121918026	

CAPÍTULO 7 104

MARCA: ANÁLISE DAS ESPECIFICIDADES NO SEGMENTO DE REDES DE CAFETERIAS

Jaqueline Carolino
Patrícia Pereira Peralta
Sergio Medeiros Paulino de Carvalho
Vera Lucia de Souza Pinheiro

DOI 10.22533/at.ed.3121918027

CAPÍTULO 8 119

ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS NO BRASIL: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DOS ARTIGOS DE PESQUISADORES DA REDESIST

José Maria Cardoso Sacramento
Glauco Schultz

DOI 10.22533/at.ed.3121918028

CAPÍTULO 9 136

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A PRODUÇÃO DE BIOCOMBUSTÍVEIS: UMA ALTERNATIVA À PRODUÇÃO DE FUMO?

Marcos Vinicius Dalagostini Bidarte
Ana Monteiro Costa

DOI 10.22533/at.ed.3121918029

CAPÍTULO 10 151

BIOCOMBUSTÍVEIS COMO UMA ALTERNATIVA SUSTENTÁVEL À PRODUÇÃO DE FUMO: UMA ANÁLISE DOS PROJETOS PROTOCOLADOS PELA AFUBRA

Marcos Vinicius Dalagostini Bidarte
Ana Monteiro Costa

DOI 10.22533/at.ed.31219180210

CAPÍTULO 11 165

POLÍTICAS PÚBLICAS DE EXTENSÃO RURAL NO BRASIL CONTEMPORÂNEO: AVANÇOS E DESAFIOS À CONSTRUÇÃO DO DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL NOS ESTADOS DE MINAS GERAIS E MATO GROSSO

José Roberto Rambo
Raphael Fernando Diniz
Antonio Nivaldo Hespanhol
Antonio Lázaro Sant'Ana

DOI 10.22533/at.ed.31219180211

CAPÍTULO 12 183

PROCESSO DE CERTIFICAÇÃO NO SETOR SUCROENERGÉTICO: UMA ANÁLISE SOB A PERSPECTIVA DO PROTOCOLO AGROAMBIENTAL

Edenis Cesar de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.31219180212

CAPÍTULO 13 201

PRODUÇÃO DE SOJA NO MATO GROSSO: UMA ANÁLISE SOBRE A TEORIA DA LOCALIZAÇÃO

Eliane Veltrudes Zanata Benedito da Silva
Francislaine Darienzo Alves
Rosicley Nicolao de Siqueira
Rubia Araújo Coelho
Mamadu Lamarana Bari

DOI 10.22533/at.ed.31219180213

CAPÍTULO 14 217

COMPRA DE PRODUTOS AGROECOLÓGICOS: A ENTREGA DE CESTAS COMO PRÁTICA DE MERCADO DE CIRCUITO CURTO

Eliane Veltrudes Zanata Benedito da Silva

Francislaine Darienzo Alves

Rosicley Nicolao de Siqueira

Rubia Araújo Coelho

Mamadu Lamarana Bari

Tatiana Aparecida Balem

Ethyene de Oliveira Alves

Walesca Piovesan Winch

Guilherme dos Santos Schmelig

DOI 10.22533/at.ed.31219180214

CAPÍTULO 15 238

VANTAGENS COMPARATIVAS PRODUTIVAS E COMPETITIVIDADE DOS ESTADOS DA REGIÃO NORDESTE

Luiza Maria Marinho

Adonias Vidal de Medeiros Júnior

Meire Eugênia Duarte

Gerlânia Maria Rocha Sousa

Fábio Lúcio Rodrigues

DOI 10.22533/at.ed.31219180215

CAPÍTULO 16 254

ADOÇÃO DE ESTRATÉGIAS EM ESTABELECIMENTOS RURAIS EM JOAÍMA, MG: PROBLEMAS E PERSPECTIVAS

Múcio Tosta Gonçalves

Laila Ferreira dos Santos Araújo

DOI 10.22533/at.ed.31219180216

CAPÍTULO 17 270

TERRITÓRIOS POTIGUARES INDUZIDOS PELAS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL: UMA DISCUSSÃO DOS RESULTADOS SOCIOECONÔMICOS

Clesio Marcelino de Jesus

Vinícius Rodrigues Vieira Fernandes

DOI 10.22533/at.ed.31219180217

CAPÍTULO 18 289

ARROZ DO LITORAL NORTE GAÚCHO: A EXPERIÊNCIA DA PRIMEIRA DENOMINAÇÃO DE ORIGEM BRASILEIRA

José Marcos Froehlich

Nathalia Lima Pinto

Jeniffer Hübner

DOI 10.22533/at.ed.31219180218

CAPÍTULO 19 306

BOVINOCULTURA DE CORTE BRASILEIRA SEM O USO DE ANTIBIÓTICOS: CONSEQUÊNCIAS E ALTERNATIVAS

Cleverson Percio

Daniel Augusto Barreta

Edpool Rocha Silva

Claiton André Zotti

DOI 10.22533/at.ed.31219180219

SOBRE O ORGANIZADOR..... 322

ARROZ DO LITORAL NORTE GAÚCHO: A EXPERIÊNCIA DA PRIMEIRA DENOMINAÇÃO DE ORIGEM BRASILEIRA

José Marcos Froehlich

Professor do Departamento e PPG em Extensão Rural e PPG em Ciências Sociais, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS.

Nathalia Lima Pinto

Doutoranda no PPG Interdisciplinar em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC.

Jeniffer Hübner

Graduanda do bacharelado em Ciências Sociais, Bolsista PIBIC - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS.

RESUMO: Estudos sobre as experiências brasileiras têm apontado para o potencial das IGs na promoção do desenvolvimento territorial, quando capaz de mobilizar e contemplar os interesses dos diferentes atores sociais, valorizando produtos, práticas, saberes e identidades do território. Mas também tem apontado para diversos casos em que estas experiências se configuraram apenas como estratégia meramente setorial e excludente socialmente, beneficiando um restrito clube de atores. Assim, este artigo ocupou-se de investigar a experiência da primeira Denominação de Origem brasileira, a DO Litoral Norte Gaúcho. Concedida em 2010, a DO certificou uma península de 300 km entre a Lagoa dos Patos e o Oceano Atlântico que possui condições climáticas singulares para o cultivo

do arroz irrigado, abrangendo onze municípios do Litoral Norte do RS. Assim, objetivou-se analisar a trajetória de construção e obtenção da Denominação de Origem, identificando os principais atores, instituições e grupos sociais implicados neste processo, suas relações e interesses, bem como as dificuldades, conflitos e potencialidades envolvidos na obtenção desta primeira Denominação de Origem brasileira.

PALAVRAS-CHAVE: Indicações Geográficas; Denominação de Origem; Arroz;

ABSTRACT: Studies on Brazilian experiments have pointed to the potential of GIs in promoting territorial development, when able to mobilize and contemplate the interests of different social actors, valuing products, practices, identities and knowledge of the territory. But it has also pointed to several cases in which these experiences are shaped merely as sectoral and socially exclusionary strategy, benefiting a select club of actors. Thus, this article Minded investigate the experience of the first name of Brazilian origin, OD North Coast Gaucho. Granted in 2010, OD certified a peninsula of 300 km between the Patos Lagoon and the Atlantic Ocean which has unique climatic conditions for rice cultivation, covering eleven counties of the North Coast of the RS. Thus, we aimed to analyze the trajectory of construction and acquisition of the Denomination of Origin, identifying key actors,

institutions and social groups involved in this process, their relationships and interests, as well as the difficulties and potential conflicts involved in getting the Designation of Origin.

KEYWORDS: Geographical Indications; Designation of Origin; Rice;

1 | INTRODUÇÃO

O atual estágio do capitalismo, marcado pelo advento da globalização, impôs transformações estruturais nas sociedades contemporâneas, trazendo consigo novas configurações de tempo e espaço tanto nas relações sociais quanto nos processos produtivos. O modelo rígido de produção fordista é substituído pela acumulação flexível que assume as formas do capitalismo contemporâneo através da flexibilização nos processos de trabalho, nos mercados, nos produtos e nos padrões de consumo (HARVEY, 1999). Neste estágio do capitalismo, as economias passam a recorrer à produção de valor amparada por uma perspectiva simbólica, e os signos e espaços passam a compor uma nova ótica de mercado opondo-se ao modelo econômico neoclássico. Deste modo, os fluxos e trajetórias das mercadorias passam a assumir o papel de compartilhar e negociar conhecimentos diante de contextos interculturais e de longa distância (LASH E URRY, 1998).

Neste contexto de profundas mudanças nas dinâmicas sociais, os modelos de desenvolvimento em contraste com as economias globais, passam a valorizar as especificidades locais através da noção de desenvolvimento territorial. Esta perspectiva enfatiza a revalorização dos territórios que se tornam o ambiente de referência onde as estratégias de desenvolvimento são pautadas, levando em consideração as peculiaridades do espaço, dos recursos e dos atores sociais que compõem a realidade local (FAVARETTO, 2007).

As Indicações Geográficas (IGs) surgem como uma estratégia em potencial capaz de promover o desenvolvimento territorial através da valorização e proteção dos territórios, identidades, “saber-fazer” e tradições associadas a bens e serviços localizados, tornando-se atualmente o mecanismo de maior notoriedade de uma economia de qualidade dentro dos sistemas agroalimentares. De acordo com a legislação de IGs no Brasil, existem duas categorias distintas, que se diferenciam por possuírem marcos legais específicos. A Indicação de Procedência (IP) designa um nome geográfico a uma região que seja conhecida pela reputação e notoriedade na produção de um bem, ou pela prestação de um serviço, não dependendo de outras características. Já a Denominação de Origem, refere-se a um nome geográfico de onde se destaca a produção ou serviço que possuam características peculiares em virtude de qualidades exclusivas ao meio geográfico, abarcando os fatores naturais e humanos. Para Niederle (2011) as Indicações Geográficas propendem (re)conectar os produtos e territórios, num processo de (re)territorialização. Este fator permite catalisar estratégias de desenvolvimento a partir de dinâmicas em níveis territoriais,

criando melhores condições de acesso aos mercados através do status diferenciador dos bens, potencializando estratégias mais competitivas e agregadoras de valor aos produtos por vias da reputação e qualidade de origem. (HAAS; FROELICH; AGUILAR CRIADO, 2012).

Diante deste cenário, rizicultores da planície costeira externa do Rio Grande do Sul, viram nos processos de IGs uma possibilidade de diferenciação frente às demais regiões produtoras de arroz, e, por conseguinte, uma possibilidade de aumento no valor agregado do produto. A região do Litoral Norte é conhecida pelo predomínio da cultura do arroz irrigado, outrora introduzido por imigrantes no início do século XX, cultivado numa região de agroecossistema peculiar, que compreende uma península arenosa de 300 km de extensão situada entre a Lagoa dos Patos e o Oceano Atlântico, compondo um complexo de ecossistemas costeiros que proporciona condições edafoclimáticas singulares ao arroz produzido neste território (APROARROZ, 2011). A produção de arroz no Litoral Norte Gaúcho tem sua intensificação no início da década de 1930; isto se deve, em grande medida, às boas condições climáticas aliadas à abundância de recursos hídricos que proporcionaram o desenvolvimento socioeconômico da cultura orizícola na região. Neste âmbito, a região do Litoral Norte, historicamente, construiu uma reputação no mercado de região produtora de arroz de qualidade diferenciada diante das demais regiões do estado, refletindo inclusive em um preço superior de mercado, cerca de 10% para o arroz em casca.

No ano de 2005, um grupo informal de produtores de arroz da região, reconhecendo as qualidades eminentes do grão e seu vínculo territorial, inicia o debate sobre a Denominação de Origem, criando em 2007 a instituição APROARROZ (Associação de Produtores de Arroz do Litoral Norte Gaúcho) entidade que é a requerente e controladora da DO. A obtenção da DO foi concedida em agosto de 2010, sendo a pioneira no país, mediante a comprovação de que perante as demais regiões produtoras de arroz do Brasil e do Rio Grande do Sul, a produção do Litoral Norte se diferencia durante o processo de cultivo do arroz, apresentando a permanência de um índice maior de grãos inteiros - aproximadamente 65% produzido, variando de acordo com a safra – esta média é cerca de 10% maior que a média do Rio Grande do Sul, que fica em torno de 55% a 59% de grãos inteiros. Este fator lhe proporciona características superiores, com atributos distintos que se dão exclusivamente devido às condições ambientais do território de origem (NABINGER, 2007). A Associação dos Produtores de Arroz do Litoral Norte (APROARROZ) obteve em 2010 a primeira Denominação de Origem brasileira. Na área de abrangência do território certificado pela DO, que compreende os 11 municípios, 1474 agricultores dedicam-se a atividade orizícola numa área de 130 mil hectares.

A partir de uma visão que entende o fenômeno das IGs como um mecanismo genérico, conduzido pelos atores visando às finalidades que desejam alcançar e de acordo com o contexto e resultados específicos almejados, é que situamos os rumos deste artigo. No entanto, estudos feitos até o momento não demonstram clareza

acerca do real potencial das IGs como mecanismo capaz de lograr êxito na promoção do desenvolvimento territorial. As pesquisas realizadas acerca das IGs no Brasil revelam perspectivas controversas, que oscilam entre estratégias que ora podem ser catalisadoras para o desenvolvimento dos territórios, ora como mecanismo excludente de grupos sociais economicamente mais vulneráveis (CERDAN, 2009; NIEDERLE, 2011; FROEHLICH E DULLIUS, 2012; dentre outros).

Vitrolles (2013) revela a necessidade de pensar estes contextos considerando as modalidades de organização dos produtores na valorização de seus produtos, bem como as institucionalidades produzidas neste espaço, de modo a compreender de que maneira as redes institucionais e interpessoais podem influenciar nos mecanismos de diferenciação com base na qualidade. Deste modo a pretensão deste artigo está em apresentar quem são os grupos sociais envolvidos no processo de obtenção da DO Arroz do Litoral Norte Gaúcho e quais são seus objetivos principais, dando ênfase em quais as potencialidades, limitações e conflitos que emergem no contexto estudado. A partir disto, buscaremos demonstrar em que medida esta estratégia pode ser interpretada como promotora de desenvolvimento territorial no Litoral Norte Gaúcho. Para tanto, metodologicamente procedeu-se a compilação e análise de material disponível em fontes secundárias, bem como incursões ao território do Litoral Norte gaúcho para observações, registros de campo e realização de entrevistas semi-estruturadas com informantes-chaves.

2 | PRINCIPAIS ATORES DO CENÁRIO ORIZÍCOLA NO LITORAL NORTE GAÚCHO

A APROARROZ possui atualmente 40 sócios produtores de arroz e duas cooperativas. Destes 40 sócios, apenas 12 produzem arroz certificado dentro das normativas da Associação. O motivo pelo qual optamos nesta pesquisa em realizar uma análise a partir de um recorte geográfico na região, centralizada nos municípios de Mostardas e Tavares, consiste em que a atual produção do arroz certificado está concentrada em tais municípios, produzindo assim o que poderíamos chamar de “núcleo da DO”.

Apesar do recorte metodológico desta pesquisa ter abordado o trabalho de campo a partir de um olhar que deu maior ênfase aos produtores de arroz que pertencem à APROARROZ, pelo fato de representarem a entidade requerente e controladora da Denominação de Origem, acreditamos, contudo, que este olhar não podia restringir-se unicamente a este universo de informantes. Tendo em vista a totalidade do território e a diversidade de grupos de produtores de arroz que o compõem, fez-se necessário dialogar com as múltiplas vozes presentes em campo, conforme aponta Clifford (1998), com a finalidade de dar um tom polifônico a esta análise. Diante desta pluralidade, optamos, numa tentativa de explicitar tais vozes, identificar os principais grupos sociais que estão diretamente ligados à produção orizícola. Para isso, estabelecemos quatro

grandes tipos: Burguesia Agrária, Agricultura Familiar, Comunidades Quilombolas e Pescadores Artesanais.

A burguesia agrária¹ compreende os produtores que pertencem a APROARROZ e são em sua maioria grandes proprietários de terra, com propriedades entre 700 a 12.000 hectares. Grande parte dos produtores entrevistados tem formação acadêmica em engenharia agrônoma e trabalham exclusivamente em suas propriedades, sendo que, em muitos casos, os filhos são estudantes universitários na área das ciências agrárias. A gestão da propriedade é feita pela família com auxílio de administradores. Estes produtores não vivem durante o ano em suas propriedades rurais, sendo que possuem residências geralmente em Mostardas, Pelotas e Porto Alegre, e ficam em trânsito entre as residências de acordo com os períodos de plantio e colheita. A gestão da propriedade nos períodos de ausência fica a cargo de outros membros da família e/ou administradores. A posse da terra é passada de geração em geração, de modo que estes produtores têm o objetivo de aumentar o patrimônio e a produção através da compra de terras e arrendamentos, este último muito comum em todos os casos observados. As propriedades possuem alta tecnologia agrícola, com máquinas, tratores, caminhões e colheitadeiras modernas, silos em suas propriedades e pulverização aérea. Muitos dos produtores que pertencem a APROARROZ são lideranças políticas da classe arroseira, possuindo cargos de representação em associações, cooperativas, sindicatos e federações, o que permite um engajamento político referente às demandas de interesse da classe arroseira. Os produtores representam um grupo altamente integrado ao mercado e com visão para estratégias de diferenciação com finalidade de agregar valor ao arroz.

Já na Agricultura Familiar, historicamente, este grupo no município de Mostardas ocupa extensões limitadas da superfície agrícola da região, em contraponto ao predomínio das grandes propriedades da rizicultura e pecuária no município. Durante os principais períodos de plantio e colheita da lavoura de arroz, muitos destes agricultores empregam-se como mão de obra temporária nas lavouras, para construção e reforma de taipas, canais de irrigação, colheita manual ou mecânica, dentre outras atividades. Segundo os dados da EMATER, a composição da agricultura familiar no município de Mostardas é composta por 34 pecuaristas familiares e 227 agricultores familiares, além dos pescadores e quilombolas que se enquadram nesta categoria, mas que serão tratadas aqui neste trabalho como tipos distintos em virtude de suas características específicas. Além disso, a cidade possui cerca de 630 aposentados rurais.

A produção da agricultura familiar na região está ligada principalmente à produção de arroz, feijão, milho e cebola. A subordinação dos sistemas produtivos ao monocultivo do arroz na região do Litoral Norte representa um fator de entrave para o

1 Ramos (1995) considera o termo burguesia agrária não somente como uma classe econômica mas um conjunto de diferenças percebidas pelo agentes sociais. A burguesia agrária é uma fração das classes dominantes que investem o capital no trabalho agropecuário e vivem da exploração do sobre-trabalho de assalariados rurais. Utilizaremos nesta pesquisa o termo de elites rurais como sinônimo de burguesia agrária.

desenvolvimento da agricultura familiar na região. Tendo em vista os elevados custos de produção das lavouras de arroz, a dificuldade de acesso aos recursos hídricos e a precariedade dos acessos rodoviários para o escoamento da produção, através da combinação destes fatores, criou-se uma série de dificuldades para os pequenos produtores, de modo que tal representa limites para a diversificação da produção, o se reflete em problemas de ordem social.

No Litoral Norte Gaúcho existem três Comunidades Quilombolas, as quais serão consideradas como um terceiro tipo de produtor de arroz. Além do Quilombo da Casca, existem no município de Mostardas outros dois Quilombos, conhecidos como Beco dos Colodianos e Teixeiras. No município de Tavares existem os quilombos Olhos d'Água e Coporocas; entretanto, além do Quilombo da Casca, nenhum deles é reconhecido oficialmente como comunidades de remanescentes de quilombos. Durante o trabalho de campo, tivemos a oportunidade de visitar o Quilombo da Casca e Teixeiras, onde pudemos fazer algumas observações pertinentes a este artigo. O cultivo de arroz nos territórios Quilombolas que pudemos visitar, representa a atividade de maior importância econômica para as comunidades. A criação de animais (gado e cordeiro) é outra importante atividade, além da agricultura para subsistência. As comunidades visitadas participam, através da mediação da EMATER, do programa RS Biodiversidade, onde a produção agroecológica tem sido estimulada e desenvolvida juntamente com alguns produtores, principalmente na produção de hortaliças.

Já a pesca artesanal no Litoral Norte do RS representa uma atividade tradicional, herança cultural difundida pelos açorianos desde a época do povoamento da região e que confere uma identidade social às comunidades locais. A abundância de recursos hídricos para atividade pesqueira (marítima e lacustre) colaborou para a inserção da pesca como importante atividade socioeconômica dentre a população litorânea que sobrevive exclusivamente da atividade pesqueiras. De acordo com Garcez e Botero (2001), a população pesqueira nas macro-regiões do Litoral Norte (incluindo as lagoas costeiras) e Lagoa do Peixe, conta com cerca de 1830 pescadores artesanais. As principais praias que compreendem a faixa litorânea de Mostardas e Tavares são: Porto dos Casais, Veiana, Pai João, Balneário Mostardense, Coqueiro, Lagamarzinho, Talha Mar e Farol. Os acessos a estas praias são precários, principalmente pela falta de estradas e transporte urbano, bem como a falta de rede elétrica. Segundo dados da EMATER (2013) do município de Mostardas, a principal composição da renda pesqueira se dá pela pesca da Tainha, Papa Terra, Pescadinha, Bagre, Camarão Sete Barbas e Camarão Rosa, sendo pescados na Lagoa do Peixe, através do seu canal de conexão com o mar durante boa parte do ano. A venda do pescado é feita predominantemente por atravessadores que fazem a intermediação com os mercados do RS e SC.

O Parque da Lagoa do Peixe fica situado na divisa dos municípios de Tavares e Mostardas possuindo um expressivo contingente populacional que sobrevive da pesca no entorno do Parque. Segundo dados da EMATER (2013), são atualmente 167 pescadores, de modo que grande parte da comunidade tradicional está situada

dentro do Parque. Este fato, conforme discute amplamente Adomilli (2002), gerou uma série de conflitos com os órgãos ambientais locais. O conflito entre os pescadores e o IBAMA foi agravado devido a problemas de secagem da lagoa e a pesca predatória, de modo que a partir da criação do Parque, no ano de 1986, houve a execução de uma série de políticas de gestão ambiental em parques e reservas naturais no que diz respeito a ecossistemas considerados ameaçados, que ocasionaram inúmeros conflitos entre os órgãos de fiscalização ambiental e povos tradicionais.

A gestão do Parque foi feita até 2007 pelo IBAMA, e a partir deste ano, com a criação do ICMBio, a gestão do Parque passou a ser responsabilidade desta instituição. Até o ano de 2007, a área delimitada para fiscalização do entorno do Parque era de 10 km e com a transição para a nova gestão, a área de fiscalização diminuiu para 3 km. Atualmente, não se tem controle e fiscalização ambiental municipal fora do perímetro do Parque, sendo responsabilidade do ICMBio monitorar o uso público e a exploração econômica dos recursos naturais na área do Parque, fiscalização da legislação e enquadramento das normas, cadastro de irrigação para as lavouras de arroz e inspeção dos banhados através do controle de diques e puxadas de água.

3 | IMPACTOS DA DO NO TERRITÓRIO DO LITORAL NORTE GAUCHO

Nesta seção iremos discutir quais as principais transformações que pudemos perceber durante o trabalho de campo no território do Litoral Norte Gaúcho em virtude do processo de obtenção da Denominação de Origem. Deste modo, abordaremos questões referentes às principais dificuldades no percurso para sua obtenção, bem como os impactos e mudanças ocorridos após a chancela. Também serão apresentadas as principais dificuldades que se pode observar no âmbito desta pesquisa, os conflitos e as potencialidades após a obtenção da Denominação de Origem.

3.1 Obstáculos e dificuldades para obtenção da DO

Inicialmente, destaca-se o pioneirismo desta iniciativa em nível nacional, tendo em vista que o caso estudado representa a primeira DO concedida no Brasil. Num primeiro momento, a associação buscava o reconhecimento de Indicação de Procedência, através da comprovação da notória reputação de mercado que qualificava o Litoral Norte como produtor de arroz de alta qualidade que se destacava perante as demais regiões produtoras do RS. Entretanto, ao longo de sua trajetória, diante da convicção dos produtores de que o que diferenciava a produção orizícola da região era a combinação de fatores ambientais através dos vínculos com o território, os estudos científicos de comprovação de tais vínculos foram ganhando maior espaço na busca pela comprovação.

Outro fator que demonstrou limitações refere-se ao fato de que, desde a criação da APROARROZ, optou-se pela articulação de um pequeno grupo de discussão para a composição do Conselho Regulador, bem como a construção das normas e

do estatuto que orientaria a associação. Esta medida tinha como objetivo restringir o número de participantes com a justificativa de viabilizar o trabalho. Desta maneira, a estratégia de restringir o número de produtores para a discussão e elaboração da entidade controladora da Denominação de Origem demonstrou ser uma estratégia excludente. A região que concentra o maior número de produtores que compõem a APROARROZ, e que foram em grande medida os protagonistas da conquista da DO, está situada entre os municípios de Mostardas, Tavares e Palmares, que conta aproximadamente com 400 produtores de arroz. Deste modo, fica em evidência que a construção do processo da DO fora engendrada por uma pequena elite de produtores, cujos interesses foram contemplados de acordo com estratégias de negócios desde uma perspectiva setorial, de tal modo que estas restrições iniciais para articulação da DO se refletem atualmente no baixo envolvimento dos atores e no pouco reconhecimento a seu respeito no território. Muitas vezes os Conselhos Reguladores são criados com a finalidade de atender exigências legais e não para representarem espaços de reflexão para discutir as demandas locais (SAYAGO, 2007). Em outro caso, Vitrolles (2013, p.164) mostra que a APROPAMPA, da IP Carne do Pampa Gaúcho da Campanha Meridional, foi criada “porque era uma condição exigida pelo INPI” para dar viabilidade ao projeto. Também Niederle (2011) observa que, em determinadas condições em que se busca a obtenção da certificação do território e do nicho de mercado que visa acessar, as Indicações Geográficas podem constituir-se em mecanismos de exclusão social, tendo em vista estarem eminentemente voltadas para setores do chamado agronegócio ou de agricultura familiar capitalizada.

Ao mesmo tempo, percebe-se que a maior dificuldade encontrada pela APROARROZ para concretização do pedido da Denominação de Origem foi a comprovação científica do diferencial organoléptico vinculado às peculiaridades das condições ambientais de produção do arroz do Litoral Norte. Apesar da convicção dos produtores de que a qualidade do arroz devia-se exclusivamente aos fatores ambientais do território, ainda não se tinham estudos de fôlego que pudessem comprovar tais diferenciais. Sendo assim, o auxílio de diversas instituições como a UFRGS, MAPA, IRGA, foram de fundamental importância para a elaboração dos laudos técnicos, dos laudos de componentes climáticos, agroecológicos, hídricos, do regime de ventos, que pudessem comprovar a incidência dos atributos geográficos nas lavouras de arroz do Litoral Norte.

Neste âmbito, a contribuição dos estudos de Nabinger (2007) na construção do Documento Técnico de Descrição do Processo de Obtenção do Arroz do Litoral Norte teve fundamental importância para a comprovação da qualidade diferenciada do arroz. Este autor, baseado em estudos japoneses sobre a influência climática no enchimento do grão de arroz manipulado em laboratórios, conclui que, considerando os aspectos climáticos do Litoral Norte Gaúcho, estes são determinantes sobre a lavoura de arroz irrigado da região, de modo que o grão produzido possua características de alto rendimento de grãos inteiros, baixo percentual de gessamento e aparência

vítrea, sendo que tais características se mantêm constantes ao longo das safras. Este fenômeno interfere na produção de um arroz diferenciado, que é valorizado tanto pela indústria de beneficiamento quanto pelos consumidores finais que buscam uma melhor estética dos grãos, bem como um melhor rendimento de panela e cocção. Assim sendo, a comprovação científica de tais atributos organolépticos e sua relação com as condições ambientais de produção do arroz do Litoral Norte, representou a maior dificuldade para obtenção da Denominação de Origem.

Cabe aqui observar que o consultor que auxiliou no estudo do ecossistema do Pampa e da influência do potencial botânico dos campos nativos para criação de bovinos de corte da IP Carne do Pampa Gaúcho da Campanha Meridional foi o mesmo consultor para a elaboração do laudo técnico referente às condições ambientais e ecológicas do arroz do Litoral Norte Gaúcho. A partir disso, nota-se que os atores externos ao território envolvidos na constituição dos processos de obtenção de IGs em ambas as experiências foram os mesmos. Isto revela que, de certo modo, a experiência da IP Carne do Pampa Gaúcho da Campanha Meridional foi reproduzida no território da DO Arroz do Litoral Norte Gaúcho, o que explica em parte suas eminentes similitudes no que diz respeito à criação dos laudos técnicos, as redes institucionais formadas e o restrito envolvimento de atores públicos e privados e reflexos no tecido social. Ambas as experiências, do Litoral Norte e Pampa Gaúcho, constituíram uma rede institucional semelhante, onde a FARSUL, UFRGS e SEBRAE foram as principais instituições envolvidas para consolidação das IGs. Isto explica, em partes, como ambas as experiências, conduzidas pelos mesmos atores institucionais, reproduziram reflexos semelhantes nos territórios onde foram articulados.

3.2 Principais impactos e mudanças após a obtenção da DO

A busca pela qualidade tem se tornado uma constante, mesmo nos mercados de *commodities* agrícolas, que buscam acessar novos mercados que valorizam sobremaneira as singularidades. Neste ponto, lançaremos mão dos argumentos de Kopitoff (2008), cuja ideia principal está na centralidade de investigar o objeto em si mesmo e na relação deste com os atores sociais, de modo a elucidar a série de biografias produzidas ao longo da sua vida social, qual seja, a do arroz do Litoral Norte Gaúcho. Sendo assim, os conceitos de commoditização e singularização propostos por este autor nos parecem pertinentes para analisar o caso da DO Arroz do Litoral Norte Gaúcho. As mercadorias ao longo de sua “carreira” não possuem um *status* fixo, ou seja, o sentido dado sobre ela pode ser alterado ou ainda (re) inventado, de modo que este bem pode transitar dentro e fora do mercado no intuito de cambiar o sentido atribuído, alterando seu valor enquanto mercadoria. Isto ocorre com o intuito de “ressingularizar” algo que já teve seu valor mercantilizado, de modo que sua circulação é reintroduzida no mercado através de uma mercantilização numa esfera restrita de troca.

Ao longo da biografia do arroz do Litoral Norte, nota-se que sua reputação foi

construída através da comercialização direta com grandes empresas beneficiadoras de arroz, sempre vendido em casca e em grandes quantidades. A busca pela DO parece acompanhar esta mudança de estratégia de mercado que se buscava alcançar, direcionando parte da produção diretamente para o consumidor final, em mercados mais sofisticados. Destarte, este fato parece representar uma tentativa de (re) construir a biografia deste arroz, remetendo a uma possível desvinculação de sua imagem de *commoditie* homogênea, que não obstante representa um dos alimentos mais populares na mesa dos brasileiros, para um produto singular, que possui atributos únicos, projetando para os consumidores parte do seu território ou o que Giddens (1999) chamou de mecanismos de “desencaixe”. Deste modo, os atributos naturais e culturais construídos socialmente através de signos distintivos que conferem uma identidade ao arroz realçam as qualidades imanentes da mercadoria através das imagens e narrativas, mudando os sentidos dados ao arroz tanto pelos produtores quanto para os consumidores. A partir da manipulação destes signos culturais (Lash e Urry, 1998) inscritos na mercadoria, é que os produtores buscam a singularização de seu produto diante das demais regiões produtoras de arroz.

Entretanto, a busca por essa reinvençãobiográfica compõe uma estratégia construída por um grupo de produtores do território, que buscam nas IGs uma forma de agregar valor ao produto, transformando o *status* do “arroz *commoditie*” para “arroz de qualidade”. Todavia, a percepção sobre o arroz no território é heterogênea, não representando um fato tão nítido para os demais atores do território, produzindo uma pluralidade de visões dos diferentes atores sociais sobre a mesma mercadoria. Com base no trabalho de campo, pode-se perceber que, de maneira geral, os produtores familiares e os quilombolas não compartilham desta mesma visão sobre o arroz, de modo que não participam das esferas que conduzem os negócios na região. A produção orizícola no âmbito destes atores restringe-se a níveis de produção de subsistência e comercialização do excedente produtivo, e, quando questionados sobre a DO, estes parecem pouco saber sobre o tema ou possuem informações superficiais. Ademais, estes atores não parecem partilhar da mesma visão dos produtores da APROARROZ no que diz respeito ao imperativo do vínculo histórico e ambiental que garantem ao arroz qualidades bem definida e que conferem elementos distintivos tão enfatizados nas narrativas dos produtores da APROARROZ.

Este fato chama a atenção sobre como os sistemas de conhecimento manifesto nos discursos dos produtores da APROARROZ, através da codificação de práticas e de técnicas, colocam em evidencia as relações de poder dentro deste espaço (HARVEY, 1999). Sendo assim, o território do Litoral Norte representa um campo estruturado de posições marcado pela desigualdade da distribuição do capital social e econômico em seu interior (FAVARETTO, 2007).

Contudo, como tratado anteriormente, num recorte geográfico do município de Mostardas, o perfil dos municípios que compreende a delimitação geográfica da Denominação Geográfica demonstra certa homogeneidade do ponto de vista

ambiental, mas difere em suas características socioeconômicas. As condições dos produtores nas lavouras de arroz neste contexto são diversas, envolvendo grupos do agronegócio, agricultura familiar, assentamentos rurais, comunidades indígenas e quilombolas, cujas demandas sociais são amplamente diferentes, necessitando de mais pesquisas neste âmbito para compreender a heterogeneidade dos produtores na amplitude deste território. Portanto, nota-se que após a concessão da DO no território do Litoral Norte, poucos foram os impactos generalizados para o território de maneira ampla. O principal retorno desta estratégia ainda permanece concentrado nas mãos de um pequeno grupo de produtores da APROARROZ, que consiste num maior destaque do produto no mercado por conta da certificação. As articulações no âmbito da promoção dessa estratégia está concentrada nos municípios de Mostardas e Palmares, que reúnem os principais atores da IG. Durante a realização do trabalho de campo, não se soube de outras mobilizações fora destes municípios centrais da DO, no intuito de promover tais estratégias.

3.3 Dificuldades encontradas após a obtenção da DO

A Denominação de Origem do Arroz do Litoral Norte Gaúcho obteve seu registro no INPI em agosto de 2010, possuindo uma trajetória ainda recente. Todavia, para alguns atores entrevistados, esta estratégia ainda não obteve impactos diretos ou mudanças mais significativas em questão de agregação de valor no território. Sendo assim, nos parece que grande parte dos agricultores do Litoral Norte, seja por desconhecimento da DO ou por falta de interesse em participar da associação, não percebe vantagens econômicas para a sua atividade a partir da implementação da Denominação de Origem. E que, ainda, o atual arranjo institucional mantido no território apresenta pouca capacidade de influência nas decisões sobre o desenvolvimento do território.

Alguns dos produtores entrevistados, integrantes da associação, demonstraram ter um conhecimento superficial a respeito das estratégias que estão sendo elaboradas com vistas à comercialização do arroz certificado, bem como os sistemas de gestão da cadeia de valor da DO com vistas a catalisar possibilidades de desenvolvimento para o território. Verificou-se que grande parte dos entrevistados que não pertencem a APROARROZ, identificam a DO como um selo que atesta a qualidade do arroz, entretanto desconhecem as possibilidades dos vínculos do produto de origem como um diferencial para o território de maneira mais ampla. Contudo, pôde-se perceber que há um esforço por parte da APROARROZ em estar presente em grande parte dos eventos do território com vistas à proposição de espaços de discussão sobre as IGs e dos benefícios de tal processo de certificação para o território. Entretanto, tais espaços ainda permanecem restritos dentro de eventos maiores, como pudemos perceber no 7º Seminário do Arroz de Mostardas. O pouco envolvimento e interesse dos produtores e instituições nas discussões sobre a DO, parece ser reflexo da forma como a IG foi gestada por este pequeno grupo, que optou por envolver poucos participantes para facilitar o processo decisório com vistas à obtenção da chancela do INPI para a DO.

De todo modo, notou-se que a DO Litoral Norte Gaúcho permanece num estágio de planejamento das estratégias de inserção no mercado, de maneira que o planejamento é controlado por uma pequena elite de produtores da APROARROZ pertencentes aos municípios de Palmares e Mostardas. Porém, a principal dificuldade encontrada por este grupo está justamente em definir sua estratégia de inserção no mercado. Esta dificuldade de entrada no mercado muitas vezes é atribuída ao fato do Brasil ser um país onde as Indicações Geográficas permanecem ainda pouco difundidas, sendo que os produtos de qualidade com base na origem são um fenômeno pouco reconhecido pelo consumidor brasileiro, contrariamente ao que ocorre na Europa, onde as IGs são estratégias amplamente conhecidas pelos consumidores e fomentadas pelo Estado através do programa *Leader*. Entretanto, o que vem ocorrendo no caso europeu é uma saturação no mercado de bens diferenciados, provocando certa confusão entre os consumidores que, em virtude do excesso na oferta destes produtos, muitas vezes não reconhecem a qualidade distintiva expressada no produto (FROEHLICH, 2012).

Outro grande obstáculo encontrado pelos produtores na busca de colocação mercadológica do produto está no fato de que atualmente cerca de 70% da produção do território é vendida em casca para mercados do RJ, SP, ES, dentre outros. Sabe-se que umas das exigências da DO é de que o controle integral do processo produtivo seja feito no território, ou seja, desde sua produção até o beneficiamento e embalagem, deve ocorrer na área delimitada do território. Os demais 30% da produção estão sendo beneficiados por algumas das cooperativas locais, principalmente pela cooperativa Palmares, que comercializa o arroz da região com a marca Palmares. Sendo assim a questão do beneficiamento do arroz não ser feito integralmente no território torna-se uma limitante para agregar valor ao produto.

Um dos entraves para a Denominação de Origem está na falta de interesse das indústrias em beneficiar o produto. Isto ocorre tendo em vista a necessidade de um beneficiamento exclusivo, certificado de acordo com as normativas da APROARROZ. Apesar de todo o arroz produzido no Litoral Norte desfrutar de uma reputação superior no mercado e este fator estar refletido no seu preço de mercado, para estar apta a carregar em seus produtos o selo da DO, a indústria necessita seguir uma série de pré-requisitos de rastreabilidade monitorado pela APROARROZ. Isto envolve uma alteração nos custos de produção, tendo em vista que a indústria precisa parar o beneficiamento do arroz convencional para beneficiar o arroz exclusivo de DO ou então adquirir um engenho próprio para beneficiamento exclusivo deste produto. Entretanto, o pensamento da indústria está em preservar suas próprias marcas, o que gera uma certa concorrência interna, entre o arroz convencional de qualidade superior já reconhecida e o arroz certificado com a DO. Sendo assim, somente a cooperativa Palmares teve o interesse em fazer um remanejamento do seu beneficiamento para direcionar uma linha específica do arroz Palmares DO. Durante a realização do trabalho de campo, não se teve conhecimento de outras indústrias locais que tivessem o interesse em beneficiar o grão.

O regulamento proposto pela APROARROZ prevê para o sistema de produção que somente poderão ser utilizadas nas lavouras de arroz insumos que atendam à legislação vigente no país, sendo autorizados por órgãos oficiais competentes. No caso das sementes, as variedades autorizadas devem manter as características definidas no regulamento para o arroz entregue na indústria, bem como para o produto final. Deste modo, fica a critério do Conselho Regulador da APROARROZ a avaliação e autorização do uso das variedades que precedem cada safra, de acordo com emissão de boletins técnicos e informativos que são expedidos anualmente. De acordo com o último relatório de certificação das áreas de produção rastreada pela DO, as sementes prioritárias cuja qualidade do grão se sobressai diante das demais foram a Puitá CL Inta, IRGA 417 e IRGA 416. Neste âmbito a produção da DO opta pela escolha de variedades baseada na qualidade do grão, este fato vai ao encontro da política estabelecida pelo IRGA para desenvolvimento da atividade de rizicultura nos municípios, que é centralizada na produtividade de grãos. Isto implica que as variedades das sementes podem ser alteradas no intuito de atender às exigências de qualidade para um maior percentual de grãos inteiros para a Denominação de Origem.

3.4 Aspectos potencialmente conflituosos

Conforme relatado anteriormente, vários foram os conflitos entre o IBAMA e a população local, seja com comunidades tradicionais de pescadores, seja com arroteiros. De acordo com relatos de profissionais do ICMBio que atuam dentro do perímetro do Parque da Lagoa do Peixe, fora dessa área, os fiscais não possuem dados ou informações. Com base no nosso trabalho de campo, notou-se que estes conflitos ambientais permanecem até os dias de hoje, entretanto, não existe no território uma fiscalização efetiva para controle do uso de agrotóxicos nas lavouras de arroz e contaminação das águas por esta cultura. A única iniciativa de estudos com relação aos impactos de resíduos de agrotóxicos das lavouras de arroz e na contaminação dos recursos hídricos (lagoas e banhados) está sendo feito através do projeto “Diagnóstico da orizicultura no entorno do Parque Nacional da Lagoa do Peixe: avaliação de impactos e proposição de práticas sustentáveis para a conservação da biodiversidade”, que se encontra em fase inicial e está sendo executado pela FEPAM.

Existem ainda processos judiciais que estão sendo acompanhados por profissionais do ICMBio, no que diz respeito principalmente a denúncias de envenenamentos de aves por agrotóxicos, destruição dos banhados por uso de diques e contrabando de agrotóxicos. Rheinheimer (2003) através de estudo e avaliação em microbacias hidrográficas no RS apontou que o arroz irrigado, juntamente com a lavoura de fumo e criação de aves e suínos, são fatores que contribuem intensamente para a contaminação de água no sul do Brasil. Já Tonmanee e Kanchanakool (1999), em pesquisa realizada na Tailândia, afirmam que o aumento da utilização de fertilizantes químicos nas lavouras de arroz, em apenas uma década, foi responsável pela contaminação dos mananciais de água.

Deste modo, as menções a processos judiciais referentes aos conflitos ambientais aludem a importância dos recursos hídricos para a população de Mostardas e o compartilhamento deste recurso entre diversos atores do território, principalmente para a pesca artesanal e as lavouras de arroz. Entretanto, os usos indiscriminados do recurso, aliado à falta de fiscalização da legislação ambiental implicam numa série de riscos do ponto de vista ambiental que compromete a sustentabilidade dos recursos naturais presentes nas atividades econômicas locais. Este contexto remete a questão da prudência ecológica como pressuposto para o desenvolvimento territorial. Ao que se pese, tais ações empreendidas no território não estão operando numa lógica pautada em critérios de preservação e conservação do patrimônio ambiental local. Diante da riqueza do ecossistema do ponto de vista ambiental, a monocultura do arroz em Mostardas, sem o devido controle do uso de agrotóxicos, tem colocado em risco a biodiversidade local. A gestão sustentável dos ecossistemas deve ser encarada como primordial para modelos de desenvolvimento com enfoque territorial, e até onde podemos notar, isto não tem ocorrido no território, a não ser em poucas iniciativas isoladas numa área reduzida.

3.5 Potencialidades despertadas através da DO

A região da Planície Costeira Externa a Lagoa dos Patos é marcada por um grande contraste em termos de desenvolvimento entre sua metade norte e a metade sul. A metade norte é representada principalmente pelos municípios de Santo Antônio da Patrulha, Osório, Viamão e Imbé, sendo uma região com características econômicas mais dinâmicas, pautadas não somente em atividades agrícolas, mas também em atividades industriais e turísticas. Já a metade sul, representada pelos municípios de Capivari do Sul, Palmares, Mostardas, Tavares e São José do Norte, possui caráter eminentemente agrícola e com profundas deficiências de infraestrutura, estradas etc, permanecendo, de certo modo, ainda pouco atendida diante das políticas de desenvolvimento no RS. Deste modo, uma das possíveis contribuições da DO para o território em questão, está justamente no potencial de projeção dos municípios da metade sul que compõem a área certificada como DO por sua reputação como produtora de arroz. Tal já se faz notar pela escolha do município de Mostardas como sede da 24^a Abertura Oficial da Colheita do Arroz no ano de 2014. Este evento consiste no maior evento da América Latina no setor arroseiro e conta com uma programação diversificada, envolvendo palestras técnicas, exposição de máquinas e implementos agrícolas, cursos e gestão ambiental. Além disso, o evento marca uma série de discussões políticas de classe bem como um balcão de negócios, representando uma vitrine das lavouras de arroz do Rio Grande do Sul.

Apesar de atualmente a produção orizícola não possuir um controle efetivo de suas práticas, a vinculação da Denominação de Origem do Arroz do Litoral Norte Gaúcho, parece estar refletindo de forma mais ampla e positiva no território, de modo a suscitar os principais pressupostos para o desenvolvimento territorial, como

a prudência ecológica, promoção da equidade, acesso a informação, autonomia e viabilidade econômica.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A estratégia central da APROARROZ na obtenção da DO foi de tentar aumentar o valor agregado do produto em virtude da sua notória reputação de mercado formando uma estratégia de um “clube de atores”, demonstrando ser uma estratégia excludente e setorial de caráter eminentemente voltado para os interesses do agronegócio. Isto reflete as relações de poder entre os grupos sociais do território, demonstrando como os grupos fora deste clube permaneceram à margem do processo de construção da DO, bem como do controle da cadeia produtiva do arroz.

A atividade econômica mais expressiva na região é a monocultura do arroz irrigado, distribuídos, em sua maioria, em grandes propriedades rurais concentradas em um grupo composto por uma elite rural. Isto repercute em alguns impactos sociais na região estudada na medida em que a subordinação dos sistemas produtivos ao monocultivo do arroz representa uma das barreiras para o fortalecimento da agricultura familiar na região bem como a concentração de renda e o monopólio latifundiário dos recursos hídricos.

A vinculação da rizicultura com a questão ambiental na região parece ser um ponto crítico. A falta de fiscalização das lavouras de arroz e utilização em larga escala de agrotóxicos vem comprometendo a sustentabilidade dos recursos hídricos e a preservação da biodiversidade. A iniciativa do projeto “Diagnóstico da orizicultura no entorno do Parque Nacional da Lagoa do Peixe: avaliação de impactos e proposição de práticas sustentáveis para a conservação da biodiversidade”, tendo como principal apoiador a APROARROZ, parece ser a contribuição mais importante da DO no que toca à preservação e conservação do patrimônio natural.

A DO Arroz do Litoral Norte Gaúcho tem contribuído para a visibilidade do território na medida em que a repercussão nacional da IG tem sido utilizada como estratégia de articulação de novos negócios para a região e o setor orizícola. Por fim, cabe ressaltar que uma grande dificuldade encontrada para a realização deste trabalho foi a escassez de estudos que abrangessem a região do Litoral Norte Gaúcho, discutindo aspectos que pudessem contribuir para o estudo mais amplo do território.

Deste modo, pelo que se pode perceber, a DO Litoral Norte Gaúcho, apesar de ter obtido a certificação do produto no ano de 2010, ainda não se posicionou no mercado e não está comercializando seu produto com o selo de DO. E, conforme os elementos apontados no que se refere à forma como a DO foi articulada no território pelo “clube de atores” envolvidos, acreditamos que no estágio atual da experiência, a DO não tem contribuindo para promover de forma mais ampla o desenvolvimento do território.

Todavia, o tema das IGs no Brasil ainda representa um fenômeno incipiente, pois possui número reduzido de experiências de produtos protegidos, e o mercado consumidor ainda não reconhece amplamente estes signos distintivos. Além disso, a legislação brasileira que trata da questão das Indicações Geográficas abre margem para diferentes interpretações sobre seus usos, o que tem contribuindo para a proliferação de discussões no que diz respeito a sua regulamentação. Deste modo destaca-se a importância da proposição de estratégias no sentido de aumentar o debate sobre as IGs no país através da divulgação e esclarecimento do tema, tornando pertinente um maior número de estudos que discutam a percepção dos consumidores em relação às IGs.

REFERÊNCIAS

ADOMILLI, G. K. **Trabalho, meio ambiente e conflito: um estudo antropológico sobre a construção da identidade social dos pescadores do Parque Nacional da Lagoa do Peixe – RS.** 114 f. *Dissertação (Mestrado em Antropologia Social)*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002.

ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DE ARROZ DO LITORAL NORTE GAÚCHO.

APROARROZ. Disponível em: <www.aproarroz.com.br>. Acesso em jul. 2013.

CERDAN, C. **Valorização dos produtos de origem e do patrimônio dos territórios rurais no sul do Brasil: Contribuição para o desenvolvimento territorial sustentável.** *Política & Sociedade*, Florianópolis, v. 14, p. 277–299, 2009.

CLIFFORD, J. **Sobre a autoridade etnográfica.** In: *A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998.

FAVARETTO, A. *Paradigmas do desenvolvimento rural em questão*. São Paulo: Iglu, 2007.

FROEHLICH, José Marcos. **Indicações Geográficas e desenvolvimento territorial – as percepções das organizações representativas da agricultura familiar na Espanha.** *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 2, pp. 485-508, Outubro de 2012.

FROEHLICH, J. M.; DULLIUS, P. R. **As experiências de Indicações Geográficas no Brasil meridional e a agricultura familiar.** In: FROEHLICH, J. M. (Org.). *Desenvolvimento Territorial – Produção, Identidade e Consumo*. Ijuí: EDUNIJUÍ, 2012.

GARCEZ, D. S.; BOTERO, J. I. S. **Comunidades de pescadores artesanais no estado do Rio Grande do Sul, Brasil.** *Atlântica*, Rio Grande, v. 27, n.1, p. 17-29, 2005.

GIDDENS, A. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: Unesp, 1999.

HARVEY, D. *Limits to Capital*. New York: Verso, 1999.

HAAS, J. M.; FROEHLICH, J. M.; AGUILAR CRIADO, E. **Estratégias de Qualidade de Base Territorial: o caso do arroz irrigado na Andaluzia e no Rio Grande do Sul.** *Revista de Economia Agrícola*, v 59, n. 2. São Paulo, 2012, pp. 69-84, jul/dez 2012.

LASH, S.; URRY, J. *Economía del signos y espacios. Sobre el capitalismo de la posorganización*. Buenos Aires: Amortrou, 1998.

NABINGER, C. **Laudo técnico de delimitação da área autorizada de produção de Denominação de Origem “Litoral Norte Gaúcho” – Arroz.** INPI, 2007.

NIEDERLE, P. A. (Org). **Indicações Geográficas: qualidade e origem nos mercados alimentares.** Porto Alegre: Editora UFRGS, 2013.

NIERDELE, P. A. **Compromissos para a qualidade: projetos de indicação geográfica para vinho no Brasil e na França.** 2011. 263f. *Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade).* Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2011.

ORIGIN. <http://www.origin-gi.com/> acesso em fevereiro de 2014.

RAMOS, M. P. **O “novo” e o “velho” ruralismo no Rio Grande do Sul: um estudo sobre os integrantes da UDR.** Santa Cruz do Sul: Editora da Unisc, 1995.

RHEINHEIMER, D. S. **Caracterização física, química e biológica dos solos na microbacia hidrográfica do Arroio Lino, Nova Boemia, Agudo - RS.** Santa Maria. *Relatório Técnico* Ano II. 2003. 115p.

SAYAGO, D. **Os conselhos de desenvolvimento territorial: entre a participação e a representação.** *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, v. 3, n. 4 (número especial), 2007.

TONMANEE, N. & KANCHANAKOOL, N. **Agricultural diffuse pollution in Thailand.** *Water Science Technology*, London, v. 39, n.3, p. 61-66, 1999.

VITROLLES, D. **A valorização de produtos de origem no Brasil: um comparativo entre mecanismos de qualificação.** In: NIEDERLE, P.A (org). *Indicações Geográficas: qualidade e origem nos mercados alimentares.* Porto Alegre: Editora UFRGS, 2013.

SOBRE O ORGANIZADOR

Leonardo Tullio - Engenheiro Agrônomo (Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais- CESCAGE/2009), Mestre em Agricultura Conservacionista – Manejo Conservacionista dos Recursos Naturais (Instituto Agronômico do Paraná – IAPAR/2016). Atualmente, doutorando em Ciências do Solo pela Universidade Federal do Paraná – UFPR, é professor colaborador do Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG, também é professor efetivo do Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais – CESCAGE. Tem experiência na área de Agronomia. E-mail para contato: leonardo.tullio@outlook.com

Agência Brasileira do ISBN

ISBN 978-85-7247-131-2



9 788572 471312